

O antiestatismo da burguesia liberal



Por **JOÃO QUARTIM DE MORAES**

A utopia reacionária do Estado mínimo voltou ao centro da cena política do Cone Sul com a ascensão do ultraliberal Javier Milei à presidência da Argentina

1.

A burguesia é espontaneamente privatista: sua posição de classe se determina pela propriedade privada dos meios de produção, grandes, médios e pequenos. O Estado é público. Como a República. As modalidades mais mesquinhas e filisteias da mentalidade burguesa preconizam reduzir a função do Estado à manutenção da ordem pública, que elas identificam à defesa da propriedade. O peso político dessa mentalidade reacionária tende a crescer com os avanços da direita, embora nem toda a direita seja “anarco-capitalista”.

A utopia reacionária do Estado mínimo voltou ao centro da cena política do Cone Sul com a ascensão do ultraliberal Javier Milei à presidência da Argentina. Demagogo agressivo, sem medo de proclamar chavões mofados, ele se dispôs a dismantlar tudo que na esfera pública excedia as funções repressivas da máquina estatal, mostrando para que serve a retórica “anti-autoritária” e anti-estatal da vulgata ideológica burguesa.

Evidentemente, seu antiestatismo não vai a ponto de prescindir da polícia e de tropas de choque para dissolver manifestações de protesto. Declarou pretender dolarizar a Argentina, como já tentara seu predecessor Carlos Menem, de infausta memória. Conseguiu fazer baixar a inflação de 211,4% em 2023 a 111,87% em 2024, mas com um custo econômico e social elevadíssimo. Mais da metade da população argentina se encontra abaixo da linha da pobreza; 18% está reduzida à indigência. Mais uma vez confirma-se: Estado mínimo = pobreza máxima.

2.

Como assinalamos no artigo anterior desta série [“A ditadura e a estatização capitalista”](#) a expectativa de que a ditadura militar desencadeasse uma privatização em larga escala das empresas estatais não se concretizou. Ao contrário. No suplemento anual intitulado “Quem é quem” (na economia brasileira), relativo a 1975, a revista econômica *Visão* apresentou uma classificação das 100 maiores empresas do Brasil durante o período 1968-1974, segundo a propriedade do

capital.

Neste período, as estrangeiras baixaram de 37 a 27; as nacionais ficaram entre 26 e 28 e as estatais avançaram de 37 a 45. Não foi, pois, em detrimento das empresas nacionais, mas das estrangeiras, que o capitalismo estatal avançou. Não obstante, como também mencionamos em “A ditadura e a estatização capitalista”, o ideólogo ultraliberal Eugenio Gudín lançou, no final de 1974, uma campanha contra a estatização da economia que teve forte apoio da alta burguesia paulista.

Quatro anos antes de Eugenio Gudín, os banqueiros já haviam desencadeado protestos contra o avanço da “estatização” do crédito. Otávio Gouveia de Bulhões, outro liberal reacionário, que tinha sido ministro da Fazenda do ditador Castelo Branco, declarou à revista *Visão* de 6 de junho de 1970 que os bancos privados não podiam mais contar com depósitos a prazo “por causa da ingerência dos bancos estatais”.

Daí a multiplicação de agências privadas para recolher depósitos de pequenos poupadores. O número dessas agências passou de 2.411 em 1950 a 5.820 em 1969. Isso explicaria, segundo Bulhões, o aumento do custo dos serviços bancários. Logo em seguida, *Mundo Econômico* (de julho-agosto 1970) publicou um grande estudo sobre “o avanço da estatização”, analisando sob múltiplos aspectos esse “fato inquietante”, particularmente a respeito da “estatização do crédito”. Com efeito, nada mais inquietante para os banqueiros e seus prepostos do que perder os ganhos de financiamentos à atividade econômica.

Os industriais não manifestaram apoio ao protesto dos banqueiros por uma razão muito simples. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fundado em 20 de junho de 1952, quando Getúlio Vargas era presidente, financiava as empresas nacionais com juros bem inferiores aos do mercado de capitais. Em 1962, o BNDES financiava cerca de 2,2% da formação bruta do capital fixo no Brasil. No final de 1974, quando começava a campanha privatista, a participação do BNDES no financiamento do capital fixo passara a 8%.

Só um estudo acurado do financiamento da indústria no momento em que Eugenio Gudín lançou seu grito de guerra contra a estatização pode mostrar se os grandes industriais tinham ou não motivos econômicos para se juntar ao movimento. Parece-nos que foram sobretudo as dificuldades da balança comercial e do endividamento externo (legado de Delfim Neto, vale insistir), bem como a queda da taxa de crescimento da economia, que juntaram os setores de mais peso da burguesia na campanha privatista.

Reforçando a campanha liberal, o jornal *O Estado de São Paulo* lançou uma série de onze grandes artigos sobre os “caminhos da estatização”, publicados de 16 de fevereiro a 2 de março de 1975. Os artigos examinam a presença do Estado nos diferentes setores da economia: sistema bancário, comunicações, transportes, mineração, siderurgia etc. Em campanha muito bem orquestrada, o jornal multiplicou as reportagens, entrevistas, investigações, artigos de fundo, editoriais, documentos e tomadas de posição do governo e do patronato.

Os círculos dirigentes da grande indústria aderiram à campanha: a FIESP difundiu um comunicado, na comemoração de 7 de setembro de 1975, lamentando que o Estado estava intervindo “em setores tradicionalmente deixados à iniciativa privada”. *O Estado de São Paulo*, com sua tenacidade reacionária, retomou a campanha publicando mais uma série de artigos de 4 a 7 de março de 1976.

Os títulos dispensam comentários: “Maior que a Petrobrás, só o Brasil” (5/3); “Os tecnocratas no poder” (7/3). Além de Geisel, o principal “tecnocrata no poder” era o ministro da Planificação Reis Veloso. Este respondeu às críticas observando que as empresas estatais, embora dispusessem de 49,5 dos ativos em uma amostragem de 1.000 empresas grandes e médias, tinham um faturamento de apenas 23% do total, porque operavam em setores que exigiam fortes investimentos fixos com lenta maturação do capital investido.

A importância, ontem e hoje, do debate sobre a estatização no capitalismo parece-nos suficientemente evidente para dispensar argumentos comprobatórios. Ainda assim, não deixa de ser interessante assinalar que Werner Baer, um dos mais

prestigiosos “brasilianistas” estadunidenses, consultor da *Ford Foundation* e, portanto, insuspeito de qualquer simpatia pelo estatismo, publicou em *Visão* (42),4, 26 de fevereiro de 1973, o artigo “Uma visão de fora: como e porque houve o ‘boom’ econômico de 1968”.

Ele ali declara categoricamente que os investimentos do setor estatal em energia elétrica, siderurgia, petroquímica, rodovias e construção “constituíram os principais fatores do ‘boom’ econômico (de 1968-1972)”, acrescentando que “o comportamento eficaz e agressivo das empresas governamentais [...] constitui a chave do ‘boom’ ”.

***João Quartim de Moraes** é professor titular aposentado do Departamento de Filosofia da Unicamp. Autor, entre outros livros, de *Lênin: uma introdução* (Boitempo). [<https://amzn.to/4fErZPX>]

Para ler o primeiro artigo desta série, clique [aqui](#).

Para ler o segundo artigo desta série, clique [aqui](#).

Para ler o terceiro artigo desta série, clique [aqui](#)

Para ler o quarto artigo desta série, clique [aqui](#).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)